

Workshop: Aspectos Relevantes da Prática Empresarial em Gestão Ambiental

Política Nacional de Resíduos Sólidos

José Valverde Machado Filho

Secretário Parlamentar - Gabinete do Deputado Federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) na Câmara dos Deputados.

17.04.2010

EVOLUÇÃO

- A problemática do lixo se apresenta no Brasil a partir do meio do século XX – com o início do processo industrial e conseqüente aumento da população – (**urbana**)
- O lixo era predominantemente de característica orgânica e tinha no tempo e na ação da natureza o principal responsável por sua decomposição.
- Na segunda metade do século passado, o Brasil estabelece o processo de industrialização nacional e crescimento da economia – Enquadrou-se, então, na meta de “crescer 50 anos em 5 anos”.
- O acelerado processo de industrialização, ocorrido no Brasil nos anos de 1950 e 1960, implicou o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, aumentando a produção e a toxicidade do lixo, seja aquele produzido pelas indústrias, pelos hospitais, ou mesmo o lixo domiciliar – orgânico e inorgânico.

4. Resíduos Sólidos Urbanos - :

4.6.3 Geração de RSU no Brasil – Projeções ABRELPE

A comparação entre os dados de 2007 e 2008 apresentados na tabela 4.6.3.1 revela um decréscimo de 2,4% na geração de RSU per capita do Brasil como um todo, e um acréscimo de apenas 0,6% na quantidade total gerada. Ainda mais significativo é o fato de que todas as macrorregiões registraram um quadro semelhante, com pequenos acréscimos ou decréscimos em seus respectivos índices. Tais constatações sugerem uma melhora no comportamento coletivo da população brasileira neste quesito.

Tabela 4.6.3.1 – Quantidade Total Gerada de RSU por Macrorregião e Brasil

Macrorregião	2007	2008		
	RSU Gerado (t/dia) / Índice (Kg/hab/dia)	População Urbana (hab)	RSU Gerado (t/dia)	Índice (Kg/habitante/dia)
Norte	10.846 / 0,992	11.314.869	11.333	1,002
Nordeste	45.205 / 1,236	36.577.772	45.437	1,207
Centro-Oeste	11.844 / 1,040	11.800.195	12.355	1,047
Sudeste	77.543 / 1,084	73.639.690	83.180	1,087
Sul	16.509 / 0,749	22.646.669	17.353	0,766
Brasil	168.653 / 1,106	157.037.300	169.658	1,080

Fontes: Pesquisas ABRELPE 2007 e 2008 e IBGE (contagem da população 2007 e 2008)

Tabela 4.6.2.3 – Coleta de RSU nas Macrorregiões e Brasil com Índice de Coleta por Habitante

Macrorregião	2007	2008		
	RSU Coletado (t/dia) Índice (Kg/hab/dia)	População Urbana (hab)	RSU Total Coletado (t/dia)	Índice (Kg/habitante/dia)
Norte	7.938 / 0,730	11.314.869	8.919	0,788
Nordeste	31.422 / 0,859	36.577.772	33.372	0,912
Centro-Oeste	10.181 / 0,894	11.800.195	11.164	0,946
Sudeste	77.543 / 1,084	73.639.690	80.041	1,087
Sul	13.787 / 0,626	22.646.669	15.703	0,693
Brasil	140.911 / 0,924	157.037.300	149.199	0,950

Fontes: Pesquisas ABRELPE 2007 e 2008 e IBGE (contagem da população 2007 e 2008)

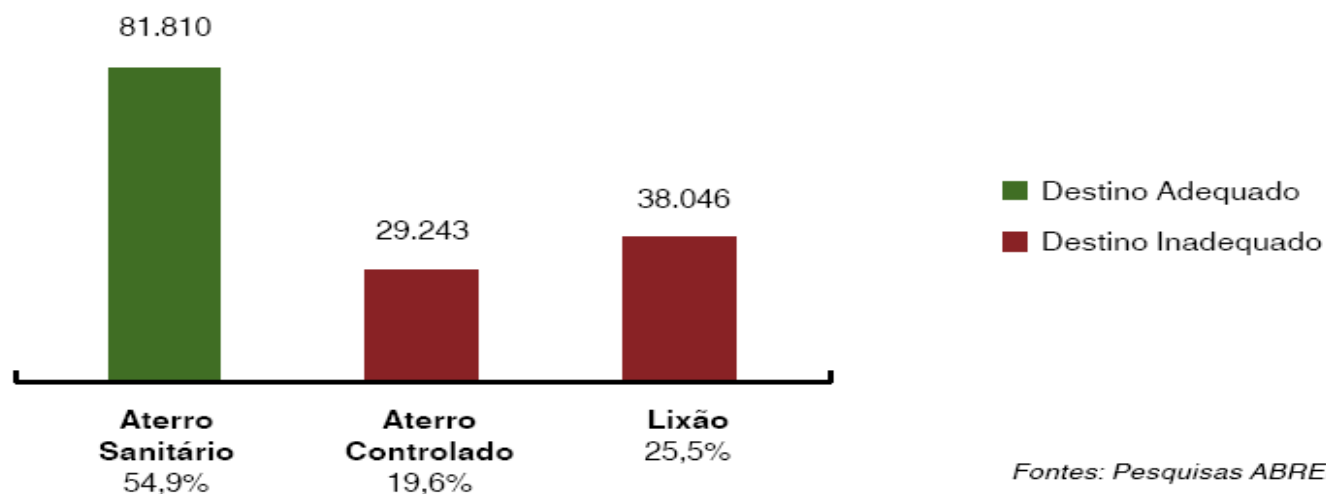
4.6.6 – Destinação Final de RSU

As 149.199 toneladas/dia de RSU coletadas pelos municípios brasileiros apresentam destinação final na forma trazida pela Figura 4.6.6.1. Porém, do ponto de vista ambiental e de saúde pública os aterros controlados não se diferenciam de lixões, pois não possuem o conjunto de sistemas necessários de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Merece destaque o fato de que cerca de 55% dos RSU coletados pelo total de municípios brasileiros em 2008 foram dispostos em aterros sanitários, pois é o primeiro ano em que mais da metade dos resíduos coletados receberam destinação adequada.

A despeito deste fato positivo, constata-se que 67.289 toneladas por dia dos RSU coletados recebem destinação final inadequada, o que revela uma situação ainda extremamente crítica para o país neste quesito.

Figura 4.6.6.1 – Destinação final de RSU no Brasil (t/dia)



Fontes: Pesquisas ABRELPE 2008

NATUREZA JURÍDICA - POLUENTE

- **PNMA – LEI 6.938/81**
- Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
- III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:
 - a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
 - b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
 - c) afetem desfavoravelmente a biota;
 - d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
 - e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

Resíduos – Legislações Estaduais

- **Rio Grande do Sul** (as lei 9.921, de 27.07.1993 – regulamentada pelo Decreto 38.356 de 01.04.1998 – e a lei 10.099, de 07.02.1994);
- **Paraná** (lei 12.493 de 22.01.99);
- **Pernambuco** (lei 12.008, de 01.06.2001 – regulamentada pelo Decreto 23.941 de 11.01.2002)
- **Ceará** (lei 13.103, de 24.01.2001);
- **Mato Grosso** (lei 7.862 de 19.12.2002);
- **Goiás** (lei 14.248, de 29.07.2002);
- **Rondônia** – (lei 1.145, de 12.12.2002);
- **Rio de Janeiro** (lei 4.191 de 30.09.2003);
- **Roraima** (lei 416, de 14.01.2004);
- **Santa Catarina** - (lei 13.557/2005, de 17.11.2005);
- **São Paulo** (lei 12.300 de 16.03.2006 – Decreto 54.645/2009);
- **Sergipe** – (lei 5.857 de 22.03.2006);
- **Minas Gerais** (lei 18.031 de 12.01.2009);
- **Espírito Santo** (lei 9.264 de 16.07.2009).

Política de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo.

- 22.04.2003 – Grupo de Trabalho Parlamentar –
- 05.02.2004 - Anteprojeto
- Emendas
- 26.05.2005 Projeto de Lei 326 /2005 - Institui a Política Estadual de Resíduos
- Regime - Tramitação Urgência
- 23.12.2005 – Aprovado na ALESP por unanimidade
- 16.03.2006 - Sancionada pelo Senhor Governador
- **DECRETO Nº 54.645, DE 5 DE AGOSTO DE 2009 -**
Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300 de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976.
- *Resolução SMA – março 2010*

Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo

- A experiência da elaboração da Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Princípios

- adoção do princípio do poluidor-pagador;
- minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, redução e recuperação;
- reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, gerador de trabalho e renda.

Instrumentos

- planejamento integrado e compartilhado do gerenciamento dos resíduos sólidos;
- Planos Estadual e Regionais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Planos dos Geradores;
- Inventário Estadual de Resíduos Sólidos;
- Sistema Declaratório Anual de Resíduos Sólidos;

Disposições gerais

- São proibidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:
- lançamento "in natura" a céu aberto;
- deposição inadequada no solo;
- queima a céu aberto;
- deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

Disposições gerais

- A gestão dos resíduos sólidos urbanos será feita pelos Municípios, de forma, preferencialmente, integrada e regionalizada, com a cooperação do Estado e participação dos organismos da sociedade civil, tendo em vista a máxima eficiência e a adequada proteção ambiental e à saúde pública.
- Os responsáveis pela degradação ou contaminação de áreas em decorrência de suas atividades econômicas, de acidentes ambientais ou pela disposição de resíduos sólidos, deverão promover a sua recuperação ou remediação em conformidade com procedimentos específicos, estabelecidos em regulamento.

Educação Ambiental

- Compete ao Poder Público fomentar e promover a **educação ambiental** sobre resíduos sólidos, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas

Responsabilidades, Infrações e Penalidades

- Os geradores de resíduos são responsáveis pela gestão dos mesmos;
- O gerador de resíduos de qualquer origem ou natureza e seus sucessores respondem pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais;

HISTÓRICO NO CONGRESSO NACIONAL SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS

- PL 203/1991 e seus apensos
- PL 1.991/2007 – Poder Executivo
- 4/6/2008, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu constituir Grupo de Trabalho para examinar, no prazo de 30 dias, o parecer proferido pela Comissão Especial ao PL 203/91, com vistas a viabilizar, junto à Casa, a deliberação sobre a matéria. Esse prazo foi renovado sucessivamente, na forma regimental.

Atividades realizadas

- 01/07/2008, Audiência Pública para discutir a proposta do Executivo, com a presença dos Senhores Vicente Andreu, Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e Silvano Silvério da Costa, Diretor de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA;
- 03/07/2008, visita Estação Reciclagem – Coca-Cola/Wal Mart
- 03/07/2008, audiência pública – Cooperativas de Catadores
- 08/07/2008, Audiência Pública para discutir o princípio do poluidor-pagador e a logística reversa, com a presença dos Senhores André Vilhena, Diretor Executivo do Cempre, e Marcelo Kos, Diretor da Abiquim, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- 13/08/2008, Audiência Pública relativa a instrumentos fiscais e tributários, com a presença dos Senhores Carlos Eduardo F. Young, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sabetai Calderone, do Instituto Brasil Ambiental e Marco Antônio Guarita, da CNI.
- 18/11/2008, Reunião Ordinária, para debate do texto apresentado em reunião informal do dia 6/11/2008.

CRONOGRAMA

- 16 de junho de 2009 – Apresentação do relatório ao Grupo de Trabalho
- 17 de junho de 2009 – Apresentação do relatório na Frente Parlamentar Ambientalista
- 15 de outubro de 2009 – Conclusão e aprovação do relatório no Grupo de Trabalho Parlamentar
- 21 de outubro de 2009 – Audiência Pública e entrega do relatório ao presidente da Câmara
- **Pauta prevista para 3, 4 e 5 de novembro de 2009 – URGÊNCIA** - (Art. 155 do Regimento Interno)
- **Discussão** - PROJETO DE LEI Nº 203-A, DE 1991 - (DO SENADO FEDERAL)
- **10/03/2010 - APROVADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Estrutura do Relatório

- **TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**
- **CAPÍTULO I - DO OBJETO E DA APLICAÇÃO**
- Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público, e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

- Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (saneamento), na Lei 9.974, de 6 de junho de 2000 (agrotóxicos), e na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000 (poluição por lançamento de óleo em águas), as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

- acordos setoriais: ato de natureza contratual firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;
- ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;
- destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos;

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

- disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;
- gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

- gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas à busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;
- logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

- reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;
- responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

TÍTULO II - DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

- A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.
- A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a **Política Nacional do Meio Ambiente** e articula-se com a **Política Nacional de Educação Ambiental**, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a **Política Federal de Saneamento Básico** regulada pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005(consórcios).

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

- princípios da prevenção e da precaução;
- princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebedor;
- responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- prioridade, nas aquisições governamentais, para produtos reciclados e recicláveis;
- o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

INSTRUMENTOS

- os planos de resíduos sólidos;
- os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;
- a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- a educação ambiental;
- os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- os acordos setoriais;

TÍTULO III - DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO -I-DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- São planos de resíduos sólidos:
- I – o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- II – os planos estaduais de resíduos sólidos;
- III – os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;
- IV – os planos intermunicipais de resíduos sólidos;
- V – os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;
- VI – os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Conteúdo mínimo - Plano de gerenciamento

- descrição do empreendimento ou atividade;
- diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama do SNVS e do Suasa e, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
- critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

CAPÍTULO III - DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

- O Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas a assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.
- O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observado o respectivo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e as disposições desta Lei e seu regulamento.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

- Fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.
- Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:
 - I – compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais, e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;
 - II – promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou outras cadeias produtivas;

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

- III – reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;
- IV – incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;
- V – estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;
- VI – propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;
- VII – incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

- As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.
- § 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:
 - I – restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;
 - II – projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;
 - III - recicladas, se a reutilização não for possível.
- § 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no *caput*.
- § 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:
 - I – manufatura embalagens ou forneça materiais para a fabricação de embalagens;
 - II – coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

LOGÍSTICA REVERSA

- Estão obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:
- I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- II – pilhas e baterias;
- III – pneus;
- IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

LOGÍSTICA REVERSA

- § 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, os sistemas previstos no *caput* serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.
- § 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

LOGÍSTICA REVERSA

- § 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o Poder Público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e VI do *caput* e § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo consoante o estabelecido neste artigo, podendo adotar, entre outras, as seguintes medidas:

LOGÍSTICA REVERSA

- I – implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;
- II – disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;
- III – atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.
- § 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I a IV do *caput*, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.
- § 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 2º e 3º.
- § 6º Os fabricantes e importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

ACORDOS SETORIAIS

- Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do *caput* do art. **31** e no § 1º do art. **33** podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.
- § 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.
- § 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

CAPÍTULO IV - DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

- A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.
- Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a cadastrar-se no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

- O Poder Público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:
- implantação de infra-estrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do *caput* do art. 11, regional;
- estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados à melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

- No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

- A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal para:
 - as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;
 - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
 - projetos voluntários desenvolvidos pelo setor empresarial voltados ao aperfeiçoamento da gestão integrada e do gerenciamento de resíduos sólidos.

- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 476, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.**- Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos por estabelecimento industrial para utilização como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos, e dá outras providências.

CAPÍTULO VI - DAS PROIBIÇÕES

- Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de **rejeitos**, as seguintes atividades:
- utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- catação, observado o disposto no art. 17, inciso V;
- criação de animais domésticos;
- fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- outras atividades vedadas pelo Poder Público.
- **Fica proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como os resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente e à saúde pública, animal e sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reuso, reutilização ou recuperação.**
- **Parágrafo único. Os resíduos sólidos considerados não danosos ao meio ambiente e à saúde pública, para fins de importação, serão definidos em regulamento.**

TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

- Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeitam os infratores às sanções previstas em lei, em especial as dispostas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e seu regulamento.
- A observância do disposto no *caput* do art. 23 e no § 2º do art. 39 é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do art. 68 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.
- O disposto nos arts. 16 e 18 entrará em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

- O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:
- “Art. 56.
- § 1º Nas mesmas penas incorre quem:
- I – abandona os produtos ou substâncias referidos no *caput*, ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;
- II – manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.
-
(NR).”

TÍTULO IV - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

- O art. 4º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:
- **“Art. 4º**
- **VIII – observância do plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal, do plano de saneamento básico, do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e, se couber, do plano de gerenciamento de resíduos sólidos. (NR)”**
- A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do *caput* do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento
- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muito obrigado!

José Valverde Machado Filho

Secretário Parlamentar - Gabinete do Deputado Federal Arnaldo Jardim (PPS-SP) na Câmara dos Deputados.

- [site: www.arnaldojardim.com.br](http://www.arnaldojardim.com.br)
- email: ambientevalverde@hotmail.com
- www.twitter.com/valverdejr